

Conquistas e resistência organizada ao Golpe de 64

Depois de conseguir reivindicações históricas, como a PLR e o turno de 6 horas, Sindipetro resiste ao Golpe Militar de 1964, tem líderes presos e fica sob intervenção. Sindicato não passa despercebido pelos conturbados Anos 60

No dia 4 de janeiro de 1960 foi publicado um edital no jornal A tribuna. Nele, o Sindicato convocava os petroleiros à Assembléia Geral Extraordinária, para aprovar ou rejeitar a tabela salarial fornecida pela Petrobrás. Na Bahia, os trabalhadores já estavam em greve.

Esse foi o grande início das lutas petroleiras pré-64. Em pauta, as principais questões do trabalho na questão do petróleo: isenção no Imposto de Renda sobre o salário; participação dos lucros (PL), salário família, nivelamento salarial nacional (até então era municipalizado), turno de seis horas, 30% de periculosidade para todos os funcionários, especificação das funções.

Todas as reivindicações foram conseguidas com muita luta e manifestações, entre 1960 e 1962, mesmo que todo processo tenha corrido na justiça sob a coordenação do advogado do Sindicato, Dane Lioneli, e em seguidas negociações com a superintendência da RPBC e Ministério do Trabalho. Mesmo sem parar a produção, os petroleiros colocavam guindastes no portão de entrada para impedir a passagem e organização piquetes. No período, o Fórum Sindical de Debates ajudava a mobilizar outras categorias em solidariedade (na época o Sindipetro possuía nove representantes no Fórum).

O cenário político nacional era turbulento. Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou alegando ser prejudicado por “forças obscuras”. Seu vice, João Goulart (Jango), estava fora do Brasil e as tais forças obscuras que Jânio havia apontado se arvoram: eram os militares dando sua primeira tentativa de Golpe. Os trabalhadores resistiram.

Em Santos, o Fórum Sindical de Debates convoca para uma terça-feira, dia 29 de agosto, Greve Geral em defesa da posse de Jango. As palavras de ordem eram: Viva a Legalidade Democrática! Viva a Constituição de 1946! Viva a Unidade dos Trabalhadores! O Sindipetro, então, entrou em greve, a primeira de caráter mais político e em defesa da democracia.

Na RPBC, o clima estava quente e tudo estava preparado para que, se houvesse o golpe militar, os petroleiros resistissem. De forma clandestina, os petroleiros, dentro da refinaria, conseguiram puxar o sinal da “Voz da Legalidade”, um programa de Rádio Gaúcha que defendia a posse de Jango e a resistência armada, caso fosse necessário. Por aquelas bandas, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, havia entrincheirado a Capital gaúcha contra os militares golpistas. Contudo, não seria dessa vez que os petroleiros de Cubatão teriam que resistir.

Jango assume e os trabalhadores saem vitoriosos. O Golpe Militar é adiado e o país vê a perspectiva de um governo mais voltado ao plano nacional e de caráter progressista. Assim, 1963 é o ano da consolidação das reivindicações petroleiras, iniciadas no fim dos anos 1950 e tendo como ponto alto a greve de 1961.

Mas os trabalhadores e o povo tiveram pouco tempo para comemorar a vitória da legalidade com Jango no poder. O caráter reformista do governo, a conjuntura de polarização mundial entre comunistas e capitalistas – centro da Guerra Fria instalada no mundo, e o fortalecimento crescente dos movimentos sociais no país fizeram com que os militares

deferissem o segundo e certo golpe, na madrugada do dia 1º de Abril de 1964. Começava uma das páginas mais tristes da história do Brasil: a ditadura militar. Os petroleiros da RPBC foram um dos poucos focos de resistência em todo o país no decorrer do dia 1º de abril. A categoria impediu que o exército entrasse na refinaria e só cederam aos militares depois de tensas negociações, que perduraram durante quase um mês. A produção foi paralisada e os petroleiros só abasteciam ambulâncias, bombeiros, geradores de hospitais. Nem sob porradas do Tenente Erasmo Dias, algum petroleiros deixaram-se intimidar e ceder gasolina aos milicos.

Ou as liberdades democráticas eram restabelecidas ou nada de combustíveis. Os petroleiros de Cubatão resistiram aos fuzis e deixaram, n meio das sombras daquele 1º de abril, um dos mais belos depoimentos de luta do povo brasileiro.

Sindipetro-LP em tempos de intervenção

Militares mantiveram petroleiros na direção do Sindicato após o Golpe de 1964, permitindo eleições pra disfarçar intervenção

Após o 1º de abril de 1964, a diretoria do Sindipetro-LP foi dissolvida, ou melhor, teve que se esvaír na sombras da clandestinidade e começou a aparecer nos Inquéritos Policiais Militares (IPM) e na lista de demitidos da RPBC. Com isso, o Sindicato acabou sofrendo intervenção militar. Geraldo Silvino, então presidente, desapareceu já no primeiro dia de golpe.

Centenas de outros sindicatos também sofreram intervenção; essa era uma prática comum do governo militar, que consistia em nomear um grupo interventor, alinhado com os ditames dos golpistas de 1964, para dirigir o sindicato e, conseqüentemente, evitar mobilizações, ceifando a base de resistência dos movimentos sociais e desarticulando os grupos de esquerda que neles atuavam. No caso do Sindipetro-LP, o petroleiro Rivaldo Otero foi escolhido para liderar a intervenção federal em 14 de maio de 1964, quando o golpe completava pouco mais de um mês.

“Antes de toda essa situação, minha preocupação maior era com a sobrevivência, porque estava sozinho na vida. Sempre participava do Sindicato, mas não era um militante nem nada”, revela Otero. Na ocasião do Golpe, ele estava de folga. Quando voltou, o interventor da refinaria, coronel Osman Ribeiro, já estava empossado. E foi ele quem impediu uma intervenção vinda de fora e defendeu que um petroleiro deveria assumir o posto no sindicato.

“Chegou-se a conclusão de que a melhor medida estava na operação. Fui convidado pelo próprio Osman e disse que toparia se houvesse o mínimo de liberdade para o Sindicato continuar sendo um sindicato”. Sua primeira tarefa foi montar um relatório sobre a gestão anterior, destituída. “No documento, coloquei que eram dirigentes sindicais normais, sem nada mais a declarar”, conta.

Ao mesmo tempo em que não havia sido eleito pela categoria, apenas indicado por um mínimo de participação sindical, Otero foi o responsável pela retomada do processo eleitoral. Para fazer essa articulação, montou uma barbearia na sede do Sindicato, à época na Rua Itororó, centro de Santos, aonde os petroleiros iam para receber materiais e fazer discussões, enquanto faziam a barba ou cortavam o cabelo. Do mesmo modo, outros serviços passaram a ser disponibilizados, com o mesmo intuito, de não deixar o Sindicato dispersar. “Meu principal objetivo era reconvo